



Departamento Nacional de Produção Mineral

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

Setor de Autarquia Norte - SAUN Quadra 01 Bloco B Sala 313-B, Edifício DNPM SEDE - Bairro Asa Norte,
Brasília/DF, CEP 70041-903

Telefone: (61) 3312-6825 e Fax: (61) 3312-6897 - <http://www.dnpm.gov.br>

MINUTA DE CONTRATO Nº 0064097/2017

PROCESSO Nº 48400.700143/2017-95

C O N T R A T O PARA O
FORNECIMENTO PARCELADO DE
COMBUSTÍVEIS À FROTA DE
VEÍCULOS OFICIAIS DO DNPM
QUE, ENTRE SI, CELEBRAM
O DEPARTAMENTO NACIONAL
DE PRODUÇÃO MINERAL E A
[DIGITE AQUI O NOME DA
EMPRESA].

O **DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.381.056/0001-33, com sede no na cidade de Brasília - Distrito Federal, sito a SAN quadra 01 bloco"B", Asa Norte - Brasília/DF - **CEP nº. 70.041-903**, doravante denominada **DNPM**, por intermédio do seu Diretor-Geral, Senhor VICTOR HUGO FRONER BICCA, Geólogo, portador da carteira de identidade nº. 49.767.330, expedida pela SSP/SC e CPF nº. 262.571.900-10, nomeado por intermédio do Decreto da Presidência da República, de 29 de junho de 2016, 195º da Independência e 128º da República, publicado no D.O.U. de 30 de junho de 2016, e de outro lado a Empresa XXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, estabelecida à [endereço completo da empresa], doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor(a) XXXXXXXX, [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxx-sigla/uf e do CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, pela legislação correlata e pelo Edital e anexos da Tomada de Preços nº ____/____ (Processo nº 48400.700.143/2017-95).

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de combustíveis (gasolina, álcool e diesel), tipo comum para uso exclusivo dos veículos do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM/SEDE, para o exercício de 2017, a serem fornecidos mediante abastecimento diretamente nas bombas localizadas nas dependências da empresa vencedora, de forma parcelada, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O valor estimado total deste contrato para o período de sua vigência é de **R\$ 33.703,99** (trinta e três mil setecentos e três reais e noventa e nove centavos), cuja parcela mensal estimada corresponde a **R\$ 2.808,66** (dois mil oitocentos e oito reais e sessenta e seis centavos).

2.2. O preço unitário considerado para o fornecimento dos combustíveis será o preço médio mensal do Distrito Federal ao consumidor, divulgado pela ANP por meio de tabela constante no seu endereço eletrônico, deduzido o desconto ofertado na proposta da **CONTRATADA**.

2.3. Os percentuais de desconto serão fixos durante toda vigência Contratual e incidirão sobre os preços dos combustíveis, conforme tabela a seguir:

	Especificação	Quantidade	Percentual de Desconto
01	Gasolina Comum	3.500	1,10%
02	Álcool Comum	2.000	1,10%
03	Diesel	4.000	1,10%

3. **CLÁUSULA TERCEIRA - DO INÍCIO DO FORNECIMENTO**

3.1. O fornecimento de combustíveis deverá estar disponibilizado ao **DNPM** a partir da assinatura do Contrato.

4. **CLÁUSULA QUARTA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

4.1. A **CONTRATADA** deve emitir a nota fiscal/fatura relativa ao fornecimento, que deverá ser encaminhada eletronicamente, via e-mail dcsg@dnpm.gov.br, para fins de liquidação e pagamento, acompanhada, das seguintes comprovações:

- 4.1.1. Certidão Negativa de Débitos da Previdência Social – CND;
- 4.1.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.3. Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;
- 4.1.4. Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
- 4.1.5. Comprovante se for optante do SIMPLES NACIONAL.

4.2. A **Nota Fiscal/Fatura emitida** deverá conter as seguintes informações:

- 4.2.1. Total de litros por combustível fornecido;
- 4.2.2. Aplicação dos percentuais de desconto concedidos na proposta sobre o preço dos combustíveis;
- 4.2.3. Apuração do valor final após a concessão dos descontos percentuais sobre o preço do combustível/litro divulgado pela ANP, referente ao mês do consumo, cujo resultado corresponderá ao montante a ser faturado.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da eventual contratação descrita neste documento correrão à conta de recursos específicos no Orçamento Geral da União, ao encargo do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM conforme abaixo:

5.1.1. Programa de Trabalho nº 22.122.2119.2000.0001;

5.1.2. Natureza de Despesa 33.90.30.01. - **Combustíveis Lubrificantes e Automotivos;**

5.1.3. PTRES 091669 - Administração da Unidade.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, e eficácia a partir da publicação do extrato no Diário Oficial da União.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

7.1. Para fornecimento das quantidades adquiridas proceder-se-á da seguinte forma, de acordo com as necessidades e conveniências do **DNPM**:

7.1.1. O abastecimento será realizado diretamente nas bombas de combustível da **CONTRATADA**;

7.1.2. A **CONTRATADA** deverá indicar os postos para abastecimento dos veículos;

7.1.3. O **DNPM** encaminhará seus veículos oficiais até o posto de abastecimento, dentro do horário de funcionamento deste, que não poderá ser inferior ao intervalo de horário das 7 (sete) às 21 (vinte e uma) horas;

7.1.4. A **CONTRATADA** fornecerá os produtos mediante a apresentação da "Autorização de Fornecimento", conforme modelo previamente apresentado pelo **DNPM** e acordado pelas partes, devidamente datada e assinada por funcionário autorizado do **DNPM**;

7.1.5. A "Autorização de Fornecimento" deverá ser devidamente preenchida com as informações relativas ao abastecimento e assinadas por funcionário do posto que executar o fornecimento.

7.2. **Subcláusula Primeira** - Combustíveis serão recusados no caso de densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição ou a presença de outras substâncias, em percentuais além dos autorizados em sua composição.

7.3. **Subcláusula Segunda** - O combustível recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir do recebimento pela **CONTRATADA** da formalização da recusa pelo **DNPM**, arcando a **CONTRATADA** com os custos dessa operação, inclusive os de reparação.

7.4. **Subcláusula Terceira** - Para o abastecimento das viaturas oficiais, o **DNPM** deverá especificar os quantitativos em litros dos combustíveis fornecidos, no preenchimento da requisição do Setor de Administração de Transportes e Segurança, bem como fornecer o devido comprovante.

7.5. **Subcláusula Quarta** - Não será admitida recusa de abastecimento em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada.

7.6. **Subcláusula Quinta** - Em caso de panes, falta dos combustíveis, casos fortuitos ou de força maior, a **CONTRATADA** deverá providenciar alternativas de abastecimento nas mesmas condições acordadas, no prazo máximo de 1 (uma) hora, após o recebimento da formalização de descontinuidade dos serviços emitida pelo **DNPM**, sob pena de sofrer as sanções previstas no Contrato.

8. **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. A CONTRATADA se obriga a:

8.2. Observar a tabela da ANP (Agência Nacional do Petróleo) relativamente à variação dos preços médios dos combustíveis, bem como apresentar as planilhas de custos elaboradas com a finalidade de parametrizar o preço de venda dos produtos, sempre que solicitado pelo **DNPM**;

8.3. Fornecer os combustíveis sempre que solicitado no período diurno e noturno;

8.4. Manter no ponto de abastecimento, pessoal e equipamentos suficientes para o atendimento, bombas de óleo diesel, álcool e gasolina comum;

8.5. Abastecer os veículos, que compõe ou que venham a compor a frota da **DNPM**, com produtos de primeira qualidade;

8.6. Efetivar o fornecimento mediante a apresentação de requisição específica (autorização para abastecimento), em duas vias, expedida pela **DNPM**, assinada exclusivamente por servidores previamente designados;

8.7. Autorizações para comercialização de combustíveis emitida pela Agência Nacional de Petróleo.

8.8. Fornecer combustível que atenda a especificação técnica exigida pela Agência Nacional de Petróleo – ANP – www.anp.gov.br/precos/abert.asp.

8.9. A **CONTRATADA** deverá informar o endereço do posto ou apresentar a relação com endereço, caso seja rede.

8.10. Não transferir a outrem os serviços ora contratados, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Administração do **DNPM**;

8.11. Cumprir todas as orientações da Administração do **DNPM**, para o fiel desempenho das atividades específicas;

8.12. Manter, durante a vigência deste Contrato, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e propostas), comprovando, sempre que solicitado pelo **DNPM**, sua regularidade perante o FGTS e junto à Seguridade Social, de acordo com o art. 29, inciso IV da Lei nº 8.666/93;

9. **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO DNPM**

9.1. O **DNPM** se obriga a:

9.2. Proporcionar à **CONTRATADA** todas as condições necessárias à boa execução do Contrato;

9.3. Exercer a fiscalização dos serviços orientando e prestando os esclarecimentos que se fizerem necessários à **CONTRATADA**;

9.4. Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto deste Contrato, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas;

9.5. Indicar, no prazo de 10 (dez) dias, seu representante, especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº. 8.666/93;

9.6. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, exigindo sua correção imediata, sob pena de suspensão do Contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente justificados e aceitos pelo **DNPM**;

9.7. Observar para que, durante toda a vigência do Contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, exigindo todos os documentos de habilitação e qualificação previstos na licitação;

9.8. Prestar as informações e os esclarecimentos relativos à execução dos serviços que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;

9.9. Impedir que terceiros executem o objeto deste Contrato;

9.10. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços e quaisquer falhas ocorridas consideradas de natureza grave;

9.11. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** da ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.12. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** sobre a aplicação de penalidades, assegurada a prévia e ampla defesa por parte desta.

9.13. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nos prazos e condições indicadas neste instrumento;

9.14. Acompanhar a execução dos serviços, verificando se a rotina e a frequência estão sendo atendidas, conforme o Termo de Referência.

9.15. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, exigindo sua correção imediata, sob pena de suspensão do Contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente justificado e aceito, pelo **DNPM**;

9.16. Observar para que, durante toda a vigência do Contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, exigindo todos os documentos de habilitação e qualificação previstos na licitação;

9.17. Prestar as informações e os esclarecimentos relativos à execução dos serviços que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

10. CLÁUSULA DEZ - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, a adjudicatária que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito a ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e sanções previstas no Capítulo IV, Seção II, artigo 86 a 88 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações e das demais cominações legais.

10.1.1. **Subcláusula Primeira.** Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caso a **CONTRATADA** venha a incorrer em uma das situações previstas no art. 78, incisos I a XI d Lei nº 8.666/93, e, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes sanções:

10.1.1.1. Advertência, nos termos da Lei;

10.1.1.2. Multa moratória diária de 0,067% (sessenta e sete milésimos por cento) do valor total do Contrato, por dia de atraso e limitados ao trigésimo dia, no caso de descumprimento dos prazos deste Instrumento convocatório;

10.1.1.3. Multa compensatória de 2% (dois por cento) do valor total do Contrato por infração de qualquer cláusula ou condições pactuadas, exceto pelo descumprimento dos prazos;

10.1.1.4. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 05 (cinco) anos, pelo motivo de não assinar o contrato; deixar de apresentar documentação exigida ou apresentar documentação falsa; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não manter a proposta; falhar ou fraudar a execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal; cometer reincidência a infração cumulada com inércia no atendimento das determinações contratuais;

10.1.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base subitem 10.1.1.4.

10.1.2. **Subcláusula Segunda** - As sanções previstas nos subitens 10.1.1.1, 10.1.1.4 e 10.1.1.5 supra, poderão ser aplicadas juntamente com as dos subitens 10.1.1.2 e 10.1.1.3 facultada à prévia e ampla defesa da **CONTRATADA**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data em que tomar ciência.

10.1.3. **Subcláusula Terceira.** As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela Administração, observadas, porém o direito a prévia e ampla defesa por parte da **CONTRATADA**, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis depois de receber a notificação.

10.1.4. **Subcláusula Quarta** - Sanções referidas nos subitens 10.1.1.1, 10.1.1.2 e 10.1.1.3 desta Cláusula serão aplicadas pelo Diretor-Geral do DNPM, com base na notificação expedida pelo Senhor Diretor de Gestão Administrativa do DNPM, garantida a prévia e ampla defesa da **CONTRATADA**, no mesmo prazo da Subcláusula anterior.

10.1.5. **Subcláusula Quinta** - Das penalidades aplicadas caberá RECURSO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, observados o procedimento estabelecido no parágrafo 4º do artigo 109 da Lei nº 8.666/93, devendo ser considerada como autoridade superior:

a) O Senhor Ministro de Minas e Energia, nos casos de “declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração

Pública”;

b) O Senhor Diretor Geral do DNPM, nos casos de “suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **DNPM**”;

c) O senhor Diretor de Gestão Administrativa do DNPM, nos casos de “Advertência” e “multa”.

10.1.6. **Subcláusula Sexta** - As multas aplicadas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração descontar o seu valor da Nota Fiscal ou Documento de Cobrança, independente de notificação, por ocasião de seu pagamento, ou cobrá-las judicialmente, segundo da Lei nº. 6.830/80, com os encargos correspondentes.

11. **CLÁUSULA ONZE - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

11.1. Em conformidade com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93 a rescisão do presente Contrato poderá ser:

11.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações, observando o disposto no art. 109, inciso I, letra “e” da mesma Lei;

11.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração, mediante justificativa, nos termos da Lei;

11.1.3. Judicialmente, nos termos da lei.

11.2. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração em casos de rescisão administrativa, prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

11.3. **Subcláusula Primeira** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a **CONTRATADA** terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o **DNPM** adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

12. **CLÁUSULA DOZE - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

12.1. A **CONTRATADA** deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

12.1.1. **Subcláusula Primeira.** Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, correspondente aos ao Termo de Referência, Anexo I, do Edital.

12.1.2. **Subcláusula Segunda.** Fornecer produtos e combustíveis de primeira qualidade, de acordo com as especificações e normas da Agência Nacional do Petróleo – ANP e INMETRO.

12.1.3. **Subcláusula Terceira.** Utilizar materiais preferencialmente reciclados e na impossibilidade desses, materiais que tenham sido fabricados com a utilização de recursos renováveis ou extraídos da natureza

de forma sustentável e que não agriam o meio ambiente.

12.1.4. **Subcláusula Quarta.** Descartar a utilização de materiais cujo processo de fabricação é poluente ao ar atmosférico, a água, ao solo ou gera poluição sonora.

12.1.5. **Subcláusula Quinta.** Utilizar preferencialmente materiais, cujos fornecedores ou fabricantes evidenciem o uso racional da água, inclusive a sua reutilização após tratamento.

12.1.6. **Subcláusula Sexta** - Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo tanto de água quanto de energia, conforme instituído no Decreto nº 48.138/03.

12.1.7. **Subcláusula Sétima** - Visar economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas contribuindo para a redução do consumo de energia, bem como na utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como evitar o uso de extensões elétricas, em conformidade com a Lei de eficiência energética nº 10.295/01, Decreto nº 4.131/02, [Portarias INMETRO nº 289/06 e nº 243/09](#).

12.1.8. **Subcláusula Oitava** - Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento.

12.1.9. **Subcláusula Nona** - Fornecer aos empregados os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) que se fizerem necessários para a execução de serviços, tais como: capacete, protetor auricular, protetor facial, óculos de segurança, máscara antipoeira e gases, luvas, aventais, etc., bem como se houver a necessidade, dos Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's).

12.1.10. **Subcláusula Décima** - Orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa de separação de resíduos sólidos, e resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, de acordo com a Lei nº 12.305/10 e Decreto nº 5.940/06. Dê preferência a embalagens reutilizáveis ou biodegradáveis.

13. **CLÁUSULA TREZE - DO COMBATE AO SUBORNO E À CORRUPÇÃO**

13.1. Em conformidade com a Lei nº 12.846/2013, chamada de "Lei Anticorrupção", para fins de preservar a moralidade pública, o DNPM responsabilizará administrativa e civilmente à CONTRATADA e/ou servidores públicos, pela prática de atos contra a administração pública nacional.

14. **CLÁUSULA QUATORZE - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

14.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado conforme previsto no Art. 67 da Lei nº 8.666/93.

15. **CLÁUSULA QUINZE - DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Contrato, os chamados casos omissos, serão resolvidos entre as partes, respeitando o objeto do Contrato, suas Cláusulas, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 8.666/93, aplicando-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na

16. CLÁUSULA DEZESSEIS - DA PUBLICAÇÃO

16.1. O **DNPM** providenciará a publicação deste instrumento de Contrato por extrato no Diário Oficial da União, até o 5º dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar daquela data, conforme determina o art. 61, parágrafo único da Lei nº. 8.666/93.

17. CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

17.1. Fica eleito pelas partes, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília, para processar e julgar as questões decorrentes da execução do presente instrumento.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato assinado eletronicamente pelas partes, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Lúcia dos Santos, Chefe de Divisão**, em 11/04/2017, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.dnpm.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **0064097** e o código CRC **E19D1643**.